

ORAÇÃO OU BREVE DISCURSO

Tenreiro Aranha

**ORAÇÃO OU BREVE
DISCURSO**



Tenreiro Aranha, Bento de Figueiredo, 1769-1811.

Oração ou breve discurso / Tenreiro Aranha. —

1ª ed. — CDP, 2022.

69 p. ; 15 cm.

ISBN 978-65-00-51771-2

1. Literatura brasileira. I. Título. II. Coleção.

CDD-B869

ORAÇÃO OU BREVE DISCURSO

Copyright © 2022 OBRA EM DOMÍNIO PÚBLICO

CDP – Coleção Domínio Público

Capa: gerada por IA.

Edição e revisão: Warley Matias de Souza.

COLEÇÃO DOMÍNIO PÚBLICO

A Coleção Domínio Público tem o objetivo de resgatar escritores e escritoras do passado, esquecidos(as), pouco divulgados(as) ou atualmente não publicados(as).

Em relação aos critérios de seleção das obras, para nós basta que as mesmas estejam em domínio público e que os(as) autores(as) sejam desconhecidos(as) ou pouco conhecidos(as) pelo grande público leitor.

Quanto à qualidade das obras, cabe ao(à) leitor(a) julgar. A nossa função é disponibilizá-las, com qualidade de diagramação e revisão, e não deixar que sejam esquecidas definitivamente.

O AUTOR¹

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha nasceu na vila de Barcelos, antiga cabeça de comarca do Rio Negro, no dia 4 de setembro de 1769.²

A sua ascendência é uma das mais honestas e distintas do Pará. Seu pai, Raimundo de Figueiredo Tenreiro, era filho de Bento de Figueiredo Tenreiro, capitão-mor da vila de Gurupá³, e provedor da fazenda real no Pará; e sua mãe, D. Tereza Joaquina Aranha, era filha do capitão-mor da mesma província Manoel Guedes Aranha, descendente de Bento Maciel Parente, governador e capitão-general do estado do Maranhão e Grão Pará, e donatário do Cabo do Norte.

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha perdeu seu pai na primeira infância, e

apenas completos sete anos de idade ficou também sem mãe. Em sua orfandade foi entregue aos cuidados de um tutor que, apesar de o fazer aprender as primeiras letras, não soube reconhecer os talentos de seu pupilo, para os aplicar convenientemente, antes o conduziu à solidão da roça, a que Tenreiro não se podia acomodar.

Tocando a idade de doze anos, sentiu mais vivo o seu desejo de se entregar ao estudo das belas-letras, e com esse desígnio procurou o amparo de seu padrinho o arcipreste e vigário geral José Monteiro de Noronha, que, aplaudindo e favorecendo esse desígnio de seu afilhado, e de acordo com o juiz de órfãos, o mandou estudar no convento de S. Antônio, onde, completando os seus estudos preparatórios, se passou para as aulas maio-

res dos Padres Mercenários, sob a direção do padre mestre Frei João da Veiga, cunhado do vigário geral Noronha, e aí aproveitou muito, desenvolvendo pasmosamente os seus talentos.

Aos 19 anos de idade, Tenreiro Aranha aprontava-se a ir completar os seus estudos na universidade de Coimbra, mas foi embaraçado nesse seu projeto pela falta de meios que lhe causara um sequestro da fazenda real sobre os bens herdados de seu avô. Removido do seu propósito, ele se deixou cativar do amor que em sua alma acenderam os encantos e virtudes de D. Rosalina Espinoza, filha de um oficial militar vindo de Portugal para servir na província do Pará, e com ela se casou.

Tomado esse novo estado, figurou-se-lhe a vida retirada mais conveniente e

aprazível, e assim foi viver em uma fazenda dentro da jurisdição da cidade onde em sossego se deu mais afincadamente ao estudo das belas-lettras e aos cuidados rurais.

Tendo conhecimento o governador e capitão-general, Martinho de Souza Albuquerque, das boas qualidades de Tenreiro Aranha, não sofreu que permanecesse em retiro quem podia ser mais útil à pátria nos empregos públicos; por isso, com a patente de alferes de milícias, o nomeou diretor de Oeiras, vila de Índios. Tenreiro obedeceu logo a esse convite e deliberação da primeira autoridade de sua pátria. De sua excelente direção resultou um geral contentamento dos indígenas dessa vila, aumentando-se sensivelmente os produtos de seu trabalho, e o número da população, pelo incremento de muitos

Índios, que, atraídos das selvas por suas maneiras conciliadoras, vieram engrossar o rebanho de Cristo, ao qual Tenreiro consagrava também particulares cuidados.

D. Francisco de Souza Coutinho, que sucedera no governo da província a Martinho de Souza, e que, segundo as suas informações ao gabinete de Lisboa, esperava uma lei que abolisse o diretório dos Índios, satisfeito do comportamento de Tenreiro Aranha no regime econômico da diretoria de Oeiras, e do desinteresse que assaz o extremara de muitos diretores ambiciosos e desabridos, não quis que Tenreiro se achasse ainda diretor quando chegasse a mencionada lei, para não ser confundido com os outros que seriam então demitidos; e a fim de mostrar-lhe que os seus merecimentos lhe ocupavam a atenção, elevou-o ao posto de capitão de

caçadores do seu mesmo regimento, e conferiu-lhe o lugar de escrivão da abertura da alfândega do Pará.

Tenreiro Aranha não deixou no exercício desses seus novos encargos de merecer de mais a mais o honroso conceito do seu governador; mas por fim foi vítima de insidiosas maquinações e negras calúnias, movidas por ocasião da discórdia que rebentara entre o governador, o bispo D. Manuel de Almeida de Carvalho, e o juiz de fora Luiz Joaquim Frota de Almeida, de quem era fiel e extremoso amigo. O seu ofício da alfândega foi logo transferido para outro indivíduo que com lisonjas soubera amar a graça do governador. Recolheu-se de novo Tenreiro Aranha à solidão do campo, até que o conde dos Arcos, investido no governo, e inteirado da injustiça que se lhe fizera, o cha-

mou para o emprego de escrivão da mesa grande do Pará, que lhe foi confirmado vitalício pelo príncipe regente D. João.

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha faleceu no dia 25 de novembro de 1811.

Cabia agora anunciar os diversos talentos desse honrado Paraense pela mesma ordem com que ele os manifestou em seus escritos, mas a falta de notícias exatas faz com que sejamos parcos em tal matéria, contentando-nos de anunciar unicamente o que tem chegado a nosso conhecimento, e que decerto basta para acreditar a memória de Tenreiro Aranha como de um distinto literato.

De suas obras umas se imprimiram avulsas, outras de todo se tem perdido. Passaram pelo prelo uma ode horaciana ao governador e capitão-general Martinho

de Souza e Albuquerque, onde, a gratidão de mãos dadas com a verdade, expressou louvores em sublime frase; e uma oração feita por ocasião do nascimento da Sra. D. Maria Isabel, infanta de Portugal, que foi recitada na residência do juiz de fora Luiz Joaquim Frota de Almeida. Nessa oração brilham os liberais sentimentos de que já era possuído naquele tempo o ilustre Paraense. Querendo ele mostrar as vantagens das monarquias justas, fundadas na equidade e na razão, dirigidas por leis e consagradas pela religião, diz assim: “Rastejam e emitam de algum modo a força, a unidade, a ordem, e aquela ação rápida, poderosa e simplicíssima com que o Ente Supremo, desde o alto do seu trono majestoso, rege e modera o universo”⁴. Depois, continuando o mesmo pensamento, diz assim: “Seja para sempre de-

testado o cetro da tirania, seja banido e desterrado para os confins desses bárbaros climas onde, desconhecida ainda a dignidade do homem, perpetua a ignorância o seu jugo infame sobre milhões de escravos”⁵.

Das poesias manuscritas, dramas, cantatas, idílios, sonetos etc., só escaparam à voracidade do descuido⁶, uma ode pindárica ao governador do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo de Almada, e um soneto à Mamaluca Maria Bárbara, mulher de um soldado do regimento de Macapá, cruelmente assassinada no caminho da Fonte do Marco, por não querer adulterar; e é o seguinte:

Se acaso aqui topares, caminhante,
Meu frio corpo já cadáver feito,
Leva piedoso com sentido aspeito⁷

Esta nova ao esposo aflito, errante.

Diz-lhe como de ferro penetrante
Me viste por fiel cravado o peito,
Lacerado, insepulto, e já sujeito
O tronco feio ao corvo altivolante:

Que dum monstro inumano, lhe declara,
A mão cruel me trata desta sorte;
Porém que alívio busque à dor amara,

Lembrando-se que teve uma consorte,
Que por honra da fé que lhe jurara,
À mancha conjugal prefere a morte.

Omitimos outras muitas poesias do
mesmo Tenreiro Aranha, compostas por
diversos motivos, e em diversas ocasiões
em que o seu patriotismo se fizera sempre
manifestar brilhante e sublime, por não

ser de nossa tarefa transcrever todas as suas composições. Tenreiro cantou em muitas poesias a trasladação da família real portuguesa para o Brasil, e parece bruxulear⁸, desde então, a independência e futuros destinos da nossa pátria.

A OBRA

Oração ou breve discurso inicia-se com uma dedicatória, em tom laudatório, em que o autor tece elogios ao senhor José Gonçalves da Silva, coronel de milícias no estado do Maranhão. Todo esse introito está envolto em um discurso nacionalista, com o objetivo de engrandecimento da pátria, porém esta entendida como submissa a Portugal, já que o autor se mostra um defensor apaixonado da monarquia portuguesa.

Em seguida, ele faz o discurso propriamente dito, em que comemora o nascimento da infanta D. Maria Isabel, o que se configura em um pretexto para enaltecer a monarquia portuguesa, a família e a religião.

Desse modo, a obra em questão

apresenta mais valor histórico do que literário. Ainda assim, talvez pudéssemos considerá-la pré-romântica, devido ao excesso de adjetivos e ao seu teor nacionalista, apesar de apresentar um nacionalismo mais português do que brasileiro.

Por fim, é preciso advertir que o autor, neste livro, apresenta uma maneira bastante inusual de utilizar as vírgulas, além de usar recorrentemente iniciais maiúsculas em muitas palavras.

A presente edição é originária da publicação referenciada a seguir: TENREIRO ARANHA, Bento de Figueiredo. *Obras literárias*. 2. ed. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1899.

ORAÇÃO OU BREVE DISCURSO⁹

Vereis amor da Pátria, não movido
De prêmio vil; mas alto, e quase eterno.

CAMÕES. *Os lusíadas*. Canto 1. Estrofe 10.

Daquela Portuguesa, alta excelência,
De lealdade firme e de obediência.

CAMÕES. *Os lusíadas*. Canto 5. Estrofe 72.

Senhor José Gonçalves da Silva,

Em qualquer parte, e em todo o tempo, onde a virtude se ache, merece as nossas homenagens. O vassalo honrado, e fiel ao seu Príncipe, e ao seu País; o bom patriota, o homem generoso e sensível é um Cidadão de todo o mundo, é digno de ser conhecido, e proposto como um modelo a todos os homens. Essas re-

flexões bastariam para que eu houvesse de oferecer a V. Senhoria este limitado tributo de uma veneração a mais justa, e a mais sincera; ainda quando não concorresse a razão de se achar esta Capitania, onde a Providência tem fixado a minha existência, tão próxima, e vizinha a essa, que V. Senhoria ilustra com as suas virtudes.

Nela descansam também as cinzas de alguns dos meus Antepassados; e ambas essas Capitánias formaram largo tempo um só Estado, cujas relações físicas, e políticas uniam estreitamente os seus habitantes; os quais ainda hoje se devem considerar animados pelo mesmo espírito, e ligados pelos mesmos vínculos, e interesses; pois que tanto uns, como outros vivem debaixo da mesma zona, pisam a mesma terra, e respiram à sombra do

mesmo Trono, e das mesmas Leis.

Sobre essas razões se firmaram as outras, que mais forte, e principalmente, me moveram e me determinaram na ocasião presente; quero dizer, os próprios feitos, e as virtudes de V. Senhoria, representadas pela sua reputação, e pela fama em toda a parte; as vozes dos infelizes, que V. Senhoria tem arrancado dos braços da miséria, e da desgraça; os muitos, e brilhantes testemunhos de beneficência, de generosidade e daquela grandeza d'alma, que o caracterizam, e que fazem repetir o seu nome até nos lugares distantes; o nobre uso, que sabe heroicamente fazer dos meios, e dons, que recebeu da Providência, como um fiel depositário, ou digno instrumento da mesma, sujeitando constantemente a fortuna (o que é assaz difícil) ao império da razão e da virtude, e

não estas ao capricho e à tirania daquela, como quase sempre sucede; mas sobretudo o seu patriotismo consagrado ao bem público em tantos, e tão repetidos atos; e aquele espírito de vassalagem, e de fidelidade verdadeiramente Portuguesa, com que V. Senhoria, nestes últimos e calamitosos tempos, deu de si voluntário as mais altas provas ao Soberano, à Pátria, ao Maranhão, a todo o Brasil, e ainda a toda a Monarquia, ou ao Mundo todo: raro exemplo de generosidade e de zelo, que no seu gênero, e em tais circunstâncias não teve outro igual! Eis aqui os grandes motivos, e as principais razões, que hoje me transportam daqui mesmo até o lugar, onde V. Senhoria habita, e que movem a minha alma naturalmente sensível às vivas impressões, que nela produz a imagem do merecimento, e da virtude, e a

contemplação grata, e suavíssima das ações belas, e dignas de louvor.

Não posso referir, e individuar aqui as de V. Senhoria, porque são muitas, e nem poderiam jamais resumir-se em uma breve Carta. São, além disso, assaz notórias, e não necessitam de outros louvores; porque já se acham qualificadas, e repetidas pela voz pública, e elogios do mesmo Soberano nos honoríficos Decretos, com que tem dado a V. Senhoria as mais expressivas demonstrações do seu Real Agrado, e Satisfação. Feliz o vassalo que as merece, e todo o Cidadão, que no tempo da aflição e do perigo concorre para sustentar a Pátria, como uma das suas firmes colunas, oferecendo, e empregando oportuna, e liberalmente em serviço, e socorro dela o precioso fruto das suas fadigas, dos seus suores, e da sua indústria,

que os outros homens pela maior parte adoram, e com tanto aferro, e egoísmo guardam, e só para si reservam. E feliz o Príncipe, e o País, que tem destes vassallos, e Cidadãos beneméritos; e que não desperdiçando com outros menos dignos as suas graças, e os seus prêmios, os fazem brilhar, e reluzir naqueles, em quem honram ao mesmo tempo a justiça, e o merecimento. O de V. Senhoria foi pois somente o que lhe teceu, e pôs sobre a cabeça a coroa cívica; coroa essa devida a V. Senhoria, e dignamente representada nas Mercês, e Honras, com que a Real mão tem magnificamente decorado a V. Senhoria, podendo-se-lhe ainda depois de tudo isso dizer, ou aplicar o que a respeito de outro disse um dos nossos Poetas:

E se o não fosses nas mercês presentes,

Eras digno de o ser, que é mais que tudo.

Finalmente nada mais creio que devo por agora aqui dizer, ou acrescentar senão que me pareceu sumamente acertado, e justo oferecer-se a V. Senhoria a breve Oração, ou Discurso feito em aplauso do Nascimento de uma das Augustas Filhas dos nossos Clementíssimos Príncipes. Ele me deu ocasião de arranjar algumas ideias, e exprimir os meus sentimentos relativamente ao Sistema, ou Governo Monárquico-Hereditário, mostrando ao mesmo tempo as vantagens deste sobre todos os outros, quanto me permitia a brevidade, e o caráter de uma peça da natureza desta. Daqui passei a tocar sobre algumas das excelências, e prerrogativas, que distinguem, e exaltam a Monarquia Portuguesa entre todas as outras,

fundando os meus principais argumentos, ou as minhas provas nas virtudes hereditárias, características, e recíprocas dos seus benéficos Príncipes, e dos seus leais vassallos; na bondade das suas Leis; mas sobretudo na Religião, e na Piedade Nacional. Parece-me que na conjuntura, e actual crise dos acontecimentos presentes, entre a fermentação das ideias novas, ou espírito de vertigem, que tem assinalado a nossa idade, nada podia ser mais interessante, e mais agradável a todo o gênio digno de se chamar Português, do que a fiel representação, ou ao menos um resumo das ditas verdades. Assim se firma cada vez mais o amor de cada um à sua Religião, ao seu Príncipe, ao seu País, e à sua Constituição. E como estes são os sentimentos, que mais resplandecem, e especialmente caracterizam a V. Senhoria, esta

oferta não deixará de lhe ser agradável pelo seu motivo, e circunstâncias, posto que em si mesma tão pequena; e deste modo já antecipadamente me lisonjeio de que com ela conseguí o duplicado fim de lhe fazer este tal ou qual obséquio, e ao mesmo tempo de dar a V. Senhoria aqui mesmo de longe um público testemunho da justa estima, ou da sincera veneração, e respeito que lhe consagro.

Espero que V. Senhoria benignamente o receba; e que desculpando a pobreza da oferta, e os defeitos do seu Autor em atenção à bondade do objeto, e das intenções, que a formaram, se sirva igualmente de me honrar com os seus preceitos.¹⁰ Serei tão fiel, e solícito em os executar, quanto o sou em desejar a V. Senhoria uma sucessão de felicidades, e todo o bem, para que por dilatados anos

o continue a fazer em utilidade pública, e particular de tantos, que nisso verdadeiramente se interessam, como eu, que com a possível consideração sou de V. Senhoria o mais reverente, e sincero venerador, e fiel criado.

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha.

Discurso

Não é esta a primeira vez, Senhores, que um espírito fraco, excitado pelo estímulo, e presença de um motivo poderoso, saindo dos estreitos limites, que lhe foram prescritos desde o berço, se abalança a uma empresa sumamente superior às suas forças naturais. O extremo alvoroço, a profunda sensação de um prazer extraordinário com a faustíssima notícia, que acabamos de receber, avivada, e dilatada neste momento feliz pelo enérgico Discurso do Sábio, e digníssimo Magistrado, cujo zelo patriótico, resplandecendo hoje entre as demais virtudes, que o caracterizam, nos atraiu a este lugar, abala, e ocupa toda a minha alma. Ela porém não acha meio mais próprio para desafogar os seus sentimentos, e corresponder à honra

de tão grato convite, do que, seguindo as mesmas ideias, que ele nos propôs, imitar seu claro exemplo, e com a luz, que recebe dele, demorar mais alguns momentos a vossa atenção sobre o digno Objeto da nossa alegria. Tal é para todos os Portugueses o Felicíssimo Nascimento da Sereníssima Senhora D. Maria Isabel, Infanta de Portugal; Nascimento, em que vemos continuadas sobre nós as bênçãos do Céu, perpetuada a Sucessão dos nossos amáveis, e Soberanos Benfeitores, dos nossos Augustos Pais, desempenhada constantemente a Proteção Divina, e firmada em novos fundamentos a honra imortal do nome Português, a nossa dita, a prosperidade pública.

E quem duvidou jamais de que todas essas vantagens inestimáveis são o fruto precioso da conservação dos nossos

amabilíssimos Príncipes? Qual de vós duvidará de que d'Eles depende a da Monarquia? E de que, sendo este o mais feliz, e o melhor de todos os Governos, é, e tem sido sempre a Monarquia Portuguesa a mais distinta, ou a mais justa, e a mais gloriosa entre todas? Desses dois princípios se deduz toda a felicidade, que hoje logramos: e como é clara, e manifesta a conexão, que tem com o seu Objeto, neles se estribará também o meu discurso. Discurso breve, e inferior ao seu nobre argumento, digno de outra extensão, e de outra eloquência, e digno por si mesmo de interessar a vossa atenção. Nada direi, que vos seja estranho, e desconhecido; mas tocando, e suscitando ligeiramente as primeiras ideias deste grande Assunto, deixarei à vossa reflexão o prazer de as desenvolver, e dilatar.

Apenas o gênero humano, saindo da infância, perdeu aquela amável singeleza, que os Poetas nos figuraram no século de Saturno, e que os Livros Santos, fiéis depositários da verdadeira história do mundo, reduzem aos remotos tempos de Nenrod; apenas se geraram as desordens, e os crimes do corrupto fermento das paixões, e crescendo estas sobre as ruínas da justiça primitiva, violaram os sagrados limites, que a mesma estabeleceu a cada indivíduo; apenas se viu perturbada pela avareza, e pela ambição, pelo orgulho, e pela vingança aquela doce tranquilidade, de que gozaram os nossos Progenitores, ocupados nos honestos exercícios da sua vida frugal, ou à sombra de frondosos arvoredos, ou no seio pacífico de suas choupanas, entretecidas de ramos, sempre abertas, e patentes entre amor, e o respei-

to de uma família simples, e virtuosa, que com a sua inocência, e temperança lhes servia de muro, e de defesa; apenas se multiplicaram com os mesmos homens as suas misérias, e dividida já em numerosos bandos a grande família do gênero humano, se viu dilacerada pelos indivíduos da mesma espécie, atacada a sua segurança pessoal, e os seus outros direitos expostos ao insulto, e à violência de seus irmãos degenerados; achou então que devia perder uma parte da sua primitiva igualdade para conservar as outras prerrogativas; e não descobrindo nas urgentes circunstâncias do seu estado pervertido outro meio para o melhorar, e diminuir os seus males, reconheceu enfim pela mesma triste experiência, que tinha destes, e pela luz inextinguível da razão, despertada, e socorrida por essa Mão Divina, que em todos os

tempos sustentou, e manteve a sua Obra, a necessidade indispensável, que tinha de confiar a sua conservação a uma Autoridade Suprema, a qual servindo-lhe de abrigo na tormenta, e concentrando-se em si a força pública, fosse ao mesmo tempo a depositária perpétua dos direitos de cada indivíduo, o instrumento, e executor do bem geral, a coluna do fraco, o freio do poderoso, o vingador do crime, o defensor da inocência, o protetor, e o conservador da honra, da liberdade, da vida, e da fortuna dos outros homens.

Com essas brilhantes qualidades apareceram os Reis sobre a terra, traçando nela a Imagem Augusta da Divindade, quais outros Deuses, ou como seus substitutos, e Lugar-Tenentes, e uma espécie de Medianeiros, e Executores dos Decretos Supremos, a fim de suprirem de al-

gum modo a distância imensa, que há entre o mesmo Deus, e os homens. Que caráter! Que esplendor! Que título! Que dignidade!

Tal é a origem das Monarquias, e tais são os fundamentos, sobre que apareceram colocados os primeiros Tronos do mundo, a quem o resto do Universo, por um pacto soleníssimo, e por um concerto assinado em seu nome, e das gerações futuras, ofereceu logo o voluntário tributo das suas homenagens, e prestou o indissolúvel juramento de perpétua fidelidade não só à Pessoa Sagrada dos Reis; mas até aos seus Descendentes mais remotos. Assim se devia retribuir, e ao mesmo tempo estimular a virtude desses Gênios escolhidos, que pelo amor do bem público se sujeitaram ao peso imenso do Reinado. Assim se deviam logo separar dos mais vi-

ventes essas famílias privilegiadas, cujos indivíduos, antecipadamente destinados para tão grande fim, aprenderiam desde o berço a fazer felizes aos outros homens, a vê-los, e amá-los, como filhos: assim superiores, pelo seu estado e educação, a certas paixões vis, e grosseiras, que produz a rivalidade, e que a igualdade nutre, olhariam como próprio todo o bem daqueles, de cuja conservação depende a sua, e de cuja prosperidade a sua glória, cuidando em os deixar, e transmitir contentes, e afortunados, como uma herança a mais preciosa, aos Sucessores do seu Trono.

Já vedes, Senhores, que eu não falo aqui senão das Monarquias Hereditárias, a quem só quadram estes brilhantes caracteres. Eu vos falo desses Governos tão solenemente instituídos, tão respeitáveis

pela sua ancianidade, qualificados pelo mais irrefragável dos testemunhos, firmemente estabelecidos no consenso universal de todas as gentes. Aqui reforçaria o meu discurso, e se acaso não temesse fadigar antes de tempo a vossa atenção e faltar à prometida brevidade, aqui multiplicaria provas, e faria ver em toda a extensão os motivos, e vantagens, que exaltam, e firmam solidamente essa forma de governo sobre todos os outros, em que depois se evaporou a volubildade humana, e o espírito de ambição, e de novidade.

Conduzido pela luz da razão, e da história, e firmado na autoridade dos Publicistas mais graves, eu vos mostraria que ele, e nenhum outro sucedeu imediatamente, e conserva ainda, por um modo eminente, aqueles governos justos, e primitivos, que a sábia natureza estabeleceu

entre as famílias de nossos Pais, relativamente aos Chefes, e primogênitos de cada uma. Mostraria que simples nos seus princípios; seguro, e recatado nos seus planos; pronto, eficaz, e livre na execução deles; é ao mesmo tempo o mais próprio, e análogo à constituição física, e moral do mesmo homem, cujos atos dependem sempre de um móvel, e de um só princípio, que o determina. Mostraria que só ele rasteja, e imita de algum modo a força, a unidade, a ordem, e aquela ação rápida, poderosa, e simplicíssima, com que o Ente Supremo desde o alto do seu Trono majestoso rege, e modera o Universo. Mostraria que instituído assim pela razão, e pela natureza, e consagrado pela Religião, é ele enfim o menos suscetível dos vícios da frágil humanidade, e o mais capaz de preencher o seu alto fim, e de produzir a felicidade.

Mas consultemos a experiência, e seja ela a nossa guia: voltemos os olhos para os séculos, que nos precederam, e vejamos o que se passa ainda hoje diante de nós mesmos. E que vemos, Senhores? Inumeráveis povos mutuamente dilacerados, e destruídos; Repúblicas inteiras sepultadas debaixo do enorme peso da Aristocracia, e da Democracia; governos sempre inquietos, e agitados, bem como as vagas, e tumultuosas ondas do mar, onde reina, e preside o furor, o espírito de partido, as facções, rivalidades, discussões eternas; onde custa muito o ser virtuoso; e onde a ambição, e avareza particular, o orgulho, a vingança, e as demais paixões soltas, e em campo aberto, tirando todas as vantagens possíveis de uma autoridade precária, oprimem aos seus Concidadãos, e para perpetuar, e firmar a própria fortu-

na, e a de seus netos, à custa de milhares de infelizes, sacrificam-se, degolam-se estes, para com o seu sangue nutrir, e cevar aqueles. Flutuando sempre no pélagos imenso dos excessos, e do entusiasmo, depois de caírem por intervalos nos desvãos e horrores da Anarquia, se precipitam finalmente, e vêm a perecer entre os ferros do cruel, e ensanguentado despotismo. Por isso houve já quem dissesse que só no Céu se poderia formar uma república justa, igual, permanente, e verdadeiramente livre; porque só lá é que os homens, soltos já das pesadas cadeias do crime, e isentos dos prestígios do espírito, e do coração, contentes nos seus limites, respeitariam nos outros os direitos de cada um, e uniriam perfeitamente os seus sentimentos para o bem, e conservação de todos. E se na terra é tão difícil achar-

-se um homem justo, e virtuoso, como se acharam nela muitos? O testemunho de todas as idades assaz o comprova. Atenas, Esparta, Tebas, Cartago, Siracusa, e tu, soberba Roma, onde estão os teus triunfos? Esse Capitólio pomposo, que domava os Reis, e o Universo, sepultou nas suas ruínas a tua glória, o teu império, e a tua ativa liberdade.

Mas para que me demoro em buscar, e referir exemplos tão antigos, se à nossa vista se oferece a prova mais forte, e terrível dessa verdade? Que males, e que horrores não tem causado!...¹¹ Que rios de sangue, e de lágrimas!... Mas sufoquemos por ora o nosso pranto; apartemos os olhos deste espetáculo de dor, ocupando-nos somente, e aplaudindo hoje a singular felicidade, de que gozamos.

Basta decorrer por todas as Monar-

quias antigas, e modernas, que floresceram à face do Universo, para ver quão feliz, e diferente se mostrou sempre a sua sorte. Não penseis porém que me confundo, e que eu entendo debaixo desse Nome Augusto, e respeitável aqueles Governos infelizmente arbitrários, onde reina o capricho; e onde a vida, a honra, e o destino de tantos milhares de Cidadãos dependem só do temperamento, das inclinações, dos vícios de um Senhor despótico, e tirano. Seja para sempre detestado o seu cetro, o cetro da tirania, seja banido, e desterrado para os confins desses bárbaros climas, onde desconhecida ainda a dignidade do homem, perpetua a ignorância o seu jugo infame sobre milhões de escravos desgraçados. Eu falo, torno a dizer, das Monarquias justas, fundadas na equidade, e na razão; dirigidas pelas

Leis,¹² auguradas pelos vivas, e aclamações de um povo grato, e afortunado; e consagradas finalmente pela Religião. Essas são as de que falo, e as que, fazendo em todos os tempos a felicidade das Nações que governaram, deviam ser eternas para bem das mesmas. E qual foi aquela, que não floresceu longo tempo à sombra desses Tronos benéficos? Que face mais brilhante! Que grandeza! Que sucessos! Que triunfos! Diga-o a Germânia, a Grã-Bretanha, e a Espanha. Diga-o também esse por mais de doze séculos florentíssimo Império dos Clodoveos. Mas oh memória importuna! Triste, e fatal cadeia dos destinos humanos! Diga-o porém, e diga-o sempre por todas, a bela, a venturosa, e invencível Lusitânia. Nós não precisamos de outros exemplos, e testemunhos; pois achamos neste só as mais ilus-

tres, e sobejas provas, que felizmente concluem o meu argumento.

E portanto, se as Monarquias em si mesmas, e entre todos os Governos foram sempre os mais afortunados, e vantajosos, que direi eu daquela, que às prerrogativas gerais ajunta outras, que própria, e singularmente a distinguem, e que sustentada por uma constituição ótima, e felicíssima, que os tempos não têm podido alterar, foi particularmente fundada sobre as bases sólidas, e firmes da Religião e da virtude. E quem não reconhece logo nesses caracteres a Monarquia Portuguesa?

Sim, Senhores, a Religião, essa Luz Divina; preciosíssimo dom da Divindade para socorro, e consolação dos fracos mortais; a Religião, sem a qual é o homem nada mais do que um ente desgraçadíssimo, a sociedade humana um bando

de feras, e de antropófagos; essa, que só pode produzir a virtude, e sufocar o crime; que ensina, prescreve, e limita os direitos, e os deveres de cada um; que obriga o súdito a respeitar, como deve, ao superior legítimo; que inspira a este o amor mais terno para com aquele; que equilibra as condições; regula a liberdade; anima, defende e encastela o fraco; assusta, refreia, e desarma o poderoso; e formando a ordem, e harmonia pública, produz, e mantém a prosperidade geral, e particular dos indivíduos, e das nações; a Religião, digo, foi sempre o móvel, e a divisa do esclarecido Império Português, cujos religiosíssimos Soberanos nunca se guiaram por outras máximas, nunca adotaram outra política.

Nascendo entre os braços da vitória, e da Religião¹³ no Ilustre Campo de

Ourique, seu famoso berço, desde então até hoje tem crescido, e tem prosperado à sombra das suas asas. Ela tem feito em todos os tempos esta Nação tão gloriosa; traçou todos os planos do seu estabelecimento; dirigiu os seus sucessos, na paz ditou Leis Santíssimas; consagrou na guerra os seus triunfos, e levando o nome, e a glória Portuguesa desde uma até outra extremidade do Universo, conduziu os seus Heróis — por mares nunca dantes navegados — às mais árduas empresas; mostrou ao mundo admirado novos climas; difundiu neles a luz, e desterrou as trevas, que os enlutavam; e arvorando com respeito a Cruz triunfante nas Regiões mais bárbaras, e desconhecidas, fez tremular ao pé dela sobre os seus muros as Quinas victoriosas de Portugal. Ela é finalmente a que exalta e acompanha constantemente

no Trono a todos os Monarcas Portuguezes; e a que lhes inspirando sentimentos sempre justos, e suaves a respeito dos seus vassallos, ou verdadeiros filhos, lhes tem igualmente merecido da parte destes, como uma herança particular, e bênção do Céu, a obediência, o respeito, o amor, e a mais pura felicidade. Oh venturosa Monarquia! Nação distinta! Felizes Soveranos! Felizes povos!

Nós o sabemos, Senhores, e cada um de nós tem em si mesmo todas as provas dessa verdade consoladora, fundada em fatos inumeráveis. Todo o mundo os sabe igualmente conosco, e cheios de assombro, e de uma nobre inveja nos apontam, e assinalam com o dedo. Embora o espírito do erro, disfarçado com o traje, e nome impostor de uma nova, de uma atroz Filosofia, arvorando em uma

das suas mãos o funesto Estandarte da revolta, com a mágica Inscrição dos Direitos do homem, que apregoa, e que inculca a todo o Universo, enquanto com a outra lhe descarrega o golpe mortal, e nada menos tenta do que a destruição do mesmo homem e de toda a sua espécie, embora derrame por toda a parte o seu mortífero veneno, e vomite da horrível garganta lavas de sangue, e de fogo, que inundam, que afogam, e devoram mil povos desgraçados; e derribando Tronos, e Altares, se esforce, e pretenda sobre as suas ruínas fundar o monstruoso Império da Irreligião, e da Anarquia. Devemos sentir os males dos nossos semelhantes; mas não temamos. A Religião, Senhores, a Religião somente obstará entre nós, qual muro de bronze, a todos esses males. A ela devemos toda aquela doce paz, de que goza-

mos há tantos tempos, e que ainda nestes últimos nos não tem podido roubar de todo os abalos da concussão universal; a ela devemos a tranquilidade interna no meio mesmo da tormenta; a ela aqueles vínculos indissolúveis, que ligam recíproca, e estreitamente os Soberanos com os seus povos; e a ela finalmente aquela harmonia perene, que vemos reinar com prazer entre o Império e o Sacerdócio.

Digna, e Soberana Mãe de tudo que é útil, honesto, decoroso, e grande, nessa fonte pura é que os Augustos Reis de Portugal beberam, e aprenderam todas as virtudes, que os caracterizam, e que fazendo há perto de sete séculos um dos fundamentos mais sólidos do seu Trono, formam as delícias, e a felicidade de seus vassallos. Se consideramos o zelo, que mostraram sempre para conservarem ile-

so o Sagrado Depósito da Fé, para sustentarem, e propagarem o verdadeiro Culto; e se olhamos para tantos outros monumentos da sua Piedade sublime, elles mereceram o singular Título de Fide-
líssimos. Se contemplamos as suas virtudes intrépidas, e militares, que imenso, e vasto campo se não oferece! Se admiramos as suas virtudes políticas, e sociais, eu me perco, Senhores, nesse pélago de maravilhas!

Enquanto com uma das suas mãos, obrando prodígios de valor à frente de esquadrões guerreiros, debelam bárbaros Reis, e acabam de livrar a Espanha do seu jugo pesadíssimo, com a outra, depois da vitória, traçam esses planos justos de Legislação, que fariam perpetuamente felizes os seus povos. Enquanto firmam a Monarquia com o próprio sangue, e fixam a

admiração, e o respeito das Nações vizinhas, estendem o seu Cetro, e a sua fama além dos mares conhecidos. Ásia, e África correm já a oferecer-lhes os seus tributos. Um Novo Mundo, abrindo o seu seio até ali recôndito, patenteia os tesouros, que encerra, e desentranhando-se em riquezas, e preciosidades, esmalta com elas a brilhante Coroa dos Augustos Descendentes de Afonso, e adorna os louros dos seus famosos Descobridores. Todas as quatro Partes enfim, penetradas de justo assombro, e obedientes a um Cetro tão digno de reinar sobre todos os do Universo, concorrem a fazer célebre o Nome Português, cujas empresas, e trabalhos, arguidos de temeridade por aqueles, que os não podiam imitar, não limitando a si somente os seus maravilhosos efeitos, passaram a ilustrar, e felicitar outras Regi-

ões, e outros povos, que deles se aproveitaram, e aprenderam; e seguindo as pisadas dos nossos, caminharam pelo trilho, que estes abriram com o seu sangue, e os seus suores, ainda hoje lhes devem a parte principal da sua fortuna, e da sua opulência¹⁴.

Aqui floresce a Agricultura, ali se dilata o Comércio; a indústria o vem já seguindo; as Artes, e as Ciências crescendo, e estendendo as suas luzes entre o estrépito, e o brilhante esplendor das armas, ostentaram à face do Universo toda a sua glória; honrando aos Naturais, admiravam aos Estranhos; e ilustrando a Monarquia desde os formosos, e dourados dias do Grande Manoel, mostraram ao mundo que nela reinavam de mãos dadas Minerva com as Musas; o Deus dos combates, e o Gênio da paz. No seu seio se forma-

ram, e se formam ainda hoje esses Heróis, que em todos os tempos farão honra a um, e outro; os Albuquerque, os Barros, os Gamas, e os Camões; tão dignos da sua fama, e dos louros imortais, que uns aos outros fabricaram.

E não lhes basta esta glória? Não basta esta para que, distinguindo-a singularmente de todas, constitua a Monarquia Portuguesa tão sólida, e feliz, quanto é todo aquele povo, e País, onde impera a razão; onde reina a Filosofia unida à Religião, as Letras com as Armas; e onde as Musas, moderando o furor de Marte, e humanizando os Reis, e as Nações, produzem costumes puros, virtuosos, e suaves?

Mas a quem, Senhores, a quem deve ela tantas, e tão admiráveis vantagens, senão aos Príncipes Bem-Amados, de que

o Céu, por uma Providência particular, e constante, lhe fez o mais grato, e precioso presente? Quanto pois se pode dizer em louvor desta Monarquia, faz igualmente o elogio dos seus Monarcas. Eles são como a alma desse grande corpo, cuja vida, conservação, e felicidade, animam, sustentam, e promovem. Dados a uma Nação fiel na efusão das Misericórdias do Todo-Poderoso, essa Geração Real, e escolhida tem sabido com as suas virtudes corresponder à excelência de tão grandes fins. Amantes sempre zelosos da Justiça, ela mesma lhes tem franqueado o campo para os sucessivos triunfos da sua Clemência, dessa virtude Suprema, que tanto assemelha o homem à Divindade, virtude de Heróis, virtude Régia, e propriamente característica dos Soberanos Portugueses. Magníficos sem orgulho; afáveis sem baixeza; com-

passivos, benéficos, e humanos no meio da grandeza, e da Majestade, que os cerca; Pais, e Protetores dos seus vassallos, elles deram com o segredo de reinar nos corações, fazendo-se amar por gratidão, respeitar, e obedecer por amor. Este foi sempre o mais brilhante distintivo do seu Cetro; este o dilatou, e o fez suave a todos os povos, animou, e coroou os trabalhos empreendidos por elle, à custa de mil perigos, e da própria vida, sempre amado dos seus, admirado dos estranhos, respeitado, e obedecido dentro, e fora do Reino, nos Climas distantes, nas quatro Partes do Universo.

E bem longe de que o giro, e revolução dos séculos tenham podido produzir algum daqueles eclipses, que tantas vezes alteraram a condição humana, e de vez em quando obscurecem a brilhante

face dos Impérios, o tempo só tem servido para esclarecer mais a este, propagar, e perpetuar as virtudes dos Soberanos Portuguezes: tais como os grandes e caudalosos rios, que quanto mais se apartam da sua origem, tanto mais alargam a sua foz soberba, tanto mais engrossam e dilatam as suas correntes. Afortunados Portuguezes, e que provas vos não oferece dessa verdade a Real, e firmíssima Casa Reinante, o Nome Augusto de Bragança?

Esse tronco Régio, cujas raízes, passando sempre por entre Tronos, se entranham, e tocam na mais alta profundidade dos séculos, cujos ramos se enlaçam com outros tantos Cetros, quantos são os que têm dado ao mundo; cujo excelso cumme chega já aos Céus; e cuja copa florida, e majestosa serve de abrigo e de refúgio a tantos povos sobre a terra; esse Tronco

sagrado, que brotou da Semente mais pura, tem cada vez melhorado, e aperfeiçoado mais os seus frutos: afortunados Portugueses, e onde há Príncipes como os vossos? Onde há príncipes como esses? Possuindo e reunindo em si todas as virtudes, que divididas caracterizam aos Senhores Reis passados, seus altos progenitores, se minha língua as pretendesse enumerar, perderiam sua grandeza; seria esta uma empresa muito superior às minhas forças, e a tão pequeno discurso; e seria uma injúria para a vossa gratidão. Eu falo com os meus Compatriotas, e todo o mundo tem já lido nossas histórias.

Portugueses, vós o sabeis, vós sabeis que a eles, ou às suas virtudes deveis os doces frutos da preciosa liberdade, depois de terem quebrado, e despedaçado com as suas mãos triunfantes os pesados

ferros, que vos oprimiam, sabeis que de-
les vos livraram à custa de mil perigos, e
do sacrifício difícil do seu descanso, e da
própria vida, com a sua prudência, com o
seu valor, e com a sua Pessoa Sagrada;
sem a qual, desfalecida a vossa, nada ou-
saria intentar, faltar-vos-ia a alma, e o estí-
mulo para uma das maiores empresas,
que viu o mundo, e ficariam assim desar-
madas, e maniatadas sempre as vossas
mãos valorosas: a elas deveis a perpetui-
dade de uma Monarquia, que faz, e fará
sempre toda a vossa felicidade, a elas a
conservação, e o aumento do vosso esta-
do atual, e florente, a elas, a elas finalmen-
te, por complemento de tudo, o melhor, e
o mais glorioso dos Reinos, e Reinado
imortal de Maria I. Que nome! Que Mara-
vilha!

Jactem-se embora as Nações estra-

nhas de alguns dos seus Príncipes mais famosos: nós até contamos uma Heroína entre os nossos. E se os grandes Reis, dom precioso do Céu, formando nos anais do gênero humano a baliza das épocas, foram sempre na história um objeto admirável, e interessante, que será aos olhos do Universo, e da posteridade uma Ilustre, e Grande Rainha! Uma Rainha, que unindo às virtudes mais puras, e amáveis do seu sexo, todas as virtudes sublimes dos maiores Imperantes, tem colocado o seu Nome, e o Reinado a par das Isabéis, das Cristinas, das Marias Teresas, e das Catarinas; igual a estas nos talentos, que recebeu; superior no uso que fez deles; e ainda mais rara, e digna de louvor pelos sentimentos sempre constantes de Justiça, de Beneficência, e de Piedade, que a caracterizam. Mortais de todas as Regi-

ões, e de todos os Climas, vinde prostrar-vos aos pés do seu Trono, vinde render-lhe o tributo das vossas homenagens, e vinde ver, e admirar de perto no Príncipe adorado, Augusto Herdeiro do seu Cetro, e das suas virtudes, e legítimo Sucessor de tantos Reis esclarecidos, o digno Filho de tal Mãe, o novo Depositário da nossa felicidade.

Cheio dos princípios mais justos, e sublimes; dotado de um coração reto, e de uma alma nutrida, e habituada no bem; com que prazer, e maravilha o não temos visto repetir os seus ensaios; ou antes verdadeiras provas, na grande, e difícil Arte de Reinar! Com que acerto, e firmeza não tem regido o pesado leme da Monarquia nestes tempos tão tristes, e tormentosos! Que prontas, e sábias Providências! E ao mesmo passo, que Graças não derrama

continuamente sobre milhões de vassallos na ocasião mesma em que parece esgotar-se a fonte delas nas urgências mais indispensáveis do Estado! E finalmente, que zelo, humanidade, moderação, e que piedade.

E se Deus, pelos seus profundos, e impenetráveis Juízos, costuma punir ou premiar nos povos as virtudes, ou os crimes dos que os governam, e dos seus Príncipes, quantas razões não temos nós de atribuir aos nossos toda a felicidade de que gozamos, e particularmente esta, que hoje tanto nos interessa? Unido pelos vínculos mais Santos a uma Princesa amável, e digna d'Ele; o Céu, que muitas vezes começa a remunerar o Justo sobre a terra; o Céu que teceu, e formou esses laços sagrados; o Céu mesmo os coroou com a bênção de fecundidade, a fim de que, fa-

zendo d'Eles o instrumento das suas Misericórdias sobre um povo escolhido, renovasse com este o seu antigo pacto, e não percesse jamais da face da terra a fiel Posteridade de um novo Davi.

E de que males nos não livrou Ele por esse modo? Lembremo-nos, Senhores, desses tristes dias de aflição, e de susto, em que o mesmo Céu parecia surdo, e inacessível às nossas súplicas, e se murchava aquele Tronco antigo, e majestoso, de cujos altos ramos pendeu sempre a felicidade Portuguesa. Por esses sustos regulemos agora a nossa alegria; e pesando na mesma balança dos males, que então temíamos, o inestimável bem, de que hoje gozamos, multipliquemos as demonstrações do nosso júbilo, vendo na Sereníssima Infanta, cujo feliz Nascimento celebramos, segura, e cada vez mais firme a

duração de um Governo o mais justo; e de uma Monarquia a mais gloriosa; completos os nossos votos; renovadas as nossas esperanças; prosperados, e perpetuados os amabilíssimos Príncipes, de quem tanto dependem os nossos destinos sobre a terra.

Seja pois o nosso amor, e ternura para com Eles quem forme agora o precioso turíbulo, e ofereça ao Todo-Poderoso e incorruptível incenso das nossas Ações de Graças. Corresponda desse modo a nossa fidelidade constante, e perpétua aos Soberanos desígnios, e mercês sucessivas da Providência. Sejam sempre Portugueses: amemos aos nossos Príncipes; reconhecendo, e confessando com Plínio, que é este o maior bem, a dádiva mais excelente, que recebemos da Divindade: *Nullum praestabilius, et pulchrius Dei munus*

*erga mortales, quam gastus, et Sanctus, et Deo
simillimus Princeps*¹⁵.

Notas

¹ Consta do livro *Obras literárias de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha*, edição de 1899, a indicação da fonte de onde se extraíram os dados biográficos do autor aqui reproduzidos: “Artigo biográfico do n. 6 da *Revista Trimensal da História e Geografia*, ou *Jornal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, p. 255, passou a ser reimpresso e publicado no *Jornal do Comércio*, n. 8, de 10 de janeiro de 1841, com licença do Secretário perpétuo do mesmo Instituto”. (N. E.)

² O Sr. Baena no seu Ensaio Corográfico sobre a província do Pará, aqui impresso no ano de 1839, tratando da Vila de Barcelos, nas páginas 388 e 390, diz assim:

“Barcelos: Vila criada em 1758 pelo Governador do Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e Capital da extinta Capitania do Rio Negro, tendo sido até então Aldeia de Mariuá missionada pelos Carmelitas depois que o Principal Camandre da Cabilda dos Manaus a rogos de sua mãe convocou um dos ditos Missionários, que encontrou andando à pesca.

“No recinto dessa Vila nasceu Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, muito distinto pelo engenho Lírico de que o dotara a natureza. Há impressas desse homem já há muito falecido duas obras em

versos, e uma em prosa: entre os seus manuscritos há uma Ode Pindárica ao Governador Gama do Rio Negro fraseada com tanta energia de expressão e pompa de harmonia que ela só pode servir de base, em que assente o seu merecimento poético com tal firmeza que nenhuma censura o possa derruir”. (N. E., 1899.)

³ Aliás do — Guamá. (N. E., 1899.)

⁴ Tenreiro Aranha escreve: “Mostraria que só ele rasteja, e imita de algum modo a força, a unidade, a ordem, e aquela ação rápida, poderosa, e simplíccissima, com que o Ente Supremo desde o alto do seu Trono majestoso rege, e modera o Universo”. (N. E.)

⁵ Tenreiro Aranha escreve: “Seja para sempre detestado o seu cetro, o cetro da tirania, seja banido, e desterrado para os confins desses bárbaros climas, onde desconhecida ainda a dignidade do homem, perpetua a ignorância o seu jugo infame sobre milhões de escravos desgraçados”. (N. E.)

⁶ As obras, com outros bens, do Tenreiro Aranha estavam bem guardadas como se fossem relíquias de muita veneração em sua casa no aprazível sítio da Memória, perto desta Cidade de Belém, e o filho do Autor tinha aprontado uma cópia ou coleção delas, com o desígnio de as publicar nos Estados Unidos, ou na Corte do Rio de Janeiro para onde foi emigrado no ano de 1832. Mandou ir a dita coleção em um volume com outros papéis e

livros para a Fazenda Pinheiro, onde estava à espera de um brigue prestes a seguir viagem; mas o bote em que ia essa parte de sua bagagem naufragou, e perderam-se todos os objetos que levava, salvando-se apenas os condutores a nado, e uns pequenos bilhetes dentro de uma caixinha de folha de flandres. O portador de tudo era o cidadão Victório de Figueiredo Vasconcelos, que bem sabe dessa perda. Os escritos originais das mesmas obras continuaram a estar guardados na casa acima dita; mas esta foi invadida e saqueada pelos rebeldes no ano de 1835, e foi outra vez no ano de 1836 pelos *conquistadores*, que, no ano de 1838, estando o filho do Autor na Corte, acabaram de a destruir, tirando dela tudo quanto ainda restava. É pois à *voracidade* desses destruidores, e não à do descuido a quem se deve atribuir a perda das obras e de outros bens do Tenreiro Aranha. O Dr. Patroni, seu parente, sentiu, descreveu e fez sentir em um poema — *As ruínas da Memória*. (N. E., 1899, grifos 1 e 2 no original.)

⁷ Mantivemos a grafia original para não comprometer a rima. Portanto, “aspeito” é o mesmo que “aspecto”. (N. E.)

⁸ Parece que não era — *bruxulear* —, porque o sábio e poeta podia antever e prognosticar a independência e futuros destinos do Brasil. Veja-se o seu último Drama feito em 1808. (N. E., 1899, grifo no original.)

⁹ Feito por ocasião do felicíssimo nascimento da sereníssima senhora D. Maria Isabel, Infanta de Portugal, para se recitar nas casas da residência do doutor Luiz Joaquim Frota de Almeida, Juiz de Fora da Cidade do Pará, no ano de 1798, oferecido ao senhor José Gonçalves da Silva, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, Fidalgo da Real Casa e Coronel de Milícias no Estado do Maranhão, por Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, natural do Pará. Impresso em Lisboa no ano de 1807, na oficina de Simão Tadeu Ferreira, com licença da mesa do Desembargo do Paço. (1899.)

¹⁰ O seguinte trecho parece-nos ambíguo: “[...]; e que desculpando a pobreza da oferta, e os defeitos do seu Autor em atenção à bondade do objeto, e das intenções, que a formaram, [...]”. Temerosos de alterar algum sentido pretendido pelo autor, optamos por não colocar uma vírgula após a palavra “Autor”. Porém, acreditamos que o uso da mesma, nesse lugar, seria pertinente. (N. E.)

¹¹ Sabendo-se o ano, em que foi feito esse Discurso, e os acontecimentos funestos, e assaz públicos daquele tempo, é fácil entender-se a que ele se refere nesse lugar, e em outros semelhantes. (N. E., 1899.)

¹² Nesse tempo já o Autor queria a Monarquia constitucional. (N. E., 1899.)

¹³ Nós não pretendemos entrar em duelo, e disputa com alguns críticos modernos. Basta que o fato,

a que nos referimos, não seja impossível, segundo os princípios da nossa crença; e que ele se ache autorizado por vários testemunhos coevos; por muitos monumentos, que o confirmam; pela asserção uniforme de graves Historiadores; pela tradição Nacional continuada até nós; e pela opinião pública, para que possa, e deva ter lugar em um quadro Oratório, tal como este; cuja verossimilhança subsistiria, ainda quando se provasse o contrário; pelo que respeita às circunstâncias; porque em substância sempre será verdade que a Monarquia Portuguesa deve à Religião os seus princípios, e estabelecimento, de qualquer modo que este se considere, como também o seu progresso, duração e glória. (N. A.)

¹⁴ Esse testemunho de honra, e de justiça se firma, e se acha autorizado pela voz universal. Os mesmos Estrangeiros assim o confessam, e publicam, cheios de espanto, forçados pela notoriedade de fatos, que não podem negar. Nós nos explicamos no lugar acima quase pelos mesmos termos de um dos seus Escriitores: Lafitan. *Hist. des conq. des Portug.* L. I *dans le Préface*, e por toda a Obra, com a qual concordam outros muitos. (N. A.)

¹⁵ Plin. *Panegy. ad Trajanum*.